



Jandaíra
Complexo Eólico

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.823.538/0001-80

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. Contexto Operacional.....	9
2. Base de Preparação.....	9
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	15
5. Clientes	16
6. Títulos e Valores Mobiliários	16
7. Imobilizado.....	16
8. Partes Relacionadas	17
9. Fornecedores.....	18
10. Empréstimos e Financiamentos	18
11. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	19
12. Patrimônio Líquido	20
13. Receita Operacional Líquida	20
14. Custos e Despesas Operacionais	21
15. Resultado Financeiro	21
16. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	22
17. Instrumentos Financeiros	22
18. Seguros	26
19. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (Jandaíra I ou Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Jandaíra I é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua no desenvolvimento, implantação, operação e exploração comercial de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Jandaíra, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 30º Leilão de Energia Nova (A-6). Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 1,6 MW médios pelo preço de R\$ 98,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializado através de contratos no ambiente livre.

A entrada em operação comercial do parque eólico ocorreu em outubro de 2022. A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço MWh ⁽²⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Jandaíra I	10,4	5,6	47,2	127,00	18.11.2022	02.04.2055

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2023.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	119.686	121.915	(1,8)
Caixa e equivalentes de caixa	2.858	208	1.274,0
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	533	483	10,4
Dívida total	19.700	22.589	(12,8)
Dívida líquida ajustada	16.309	21.898	(25,5)
Receita operacional bruta	8.793	1.169	652,2
Deduções da receita	(320)	(42)	661,9
Receita operacional líquida	8.473	1.127	651,8
Custos e despesas operacionais	(5.182)	(1.762)	194,1
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	3.291	(635)	(618,3)
Ebitda ou Lajida (*)	6.222	(111)	(5.705,4)
Resultado financeiro	(1.741)	80	(2.276,3)
IRPJ/CSLL	(336)	(110)	205,5
Lucro (Prejuízo) operacional	1.550	(555)	(379,3)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	1.214	(665)	(282,6)
Patrimônio líquido	72.066	68.552	5,1
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,6	0,1	500,0
Liquidez geral (índice)	0,1	-	-
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	73,4	(9,8)	(849,0)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	27,3	25,9	5,4
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	18,3	(49,2)	(137,2)
Margem líquida (lucro líquido (prejuízo)/receita operacional líquida) (%)	14,3	(59,0)	(124,2)
Participação de capital de terceiros (%)	39,8	43,8	(9,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido (prejuízo)/patr. líq. inicial) (%)	1,8	(1,1)	(263,6)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 16 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.858	208
Clientes	5	673	835
Outros créditos		7	-
Imposto de renda e contribuição social		9	-
Despesas antecipadas		103	54
		3.650	1.097
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	594	539
Outros tributos a recuperar		2	1
		596	540
Imobilizado			
Intangível	7	115.160	120.003
		280	275
		116.036	120.818
TOTAL DO ATIVO		119.686	121.915
PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		22	11
Partes relacionadas	8	1.072	5.859
Fornecedores	9	3.251	4.669
Imposto de renda e contribuição social		68	95
Outras obrigações fiscais		36	50
Empréstimos e financiamentos	10	1.406	1.204
Outras contas a pagar		4	-
		5.859	11.888
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	23.333	24.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18	2
Empréstimos e financiamentos	10	18.294	16.540
Provisões para litígios	11	116	102
		41.761	41.475
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	70.660	70.060
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	2.000	300
Prejuízos acumulados		(594)	(1.808)
		72.066	68.552
TOTAL DO PASSIVO		119.686	121.915

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	8.473	1.127
Custos Operacionais	14	(4.525)	(1.262)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		3.948	(135)
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(614)	(500)
		(657)	(500)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS		3.291	(635)
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		263	252
Despesas financeiras		(2.004)	(172)
		(1.741)	80
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		1.550	(555)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		(320)	(108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16)	(2)
		(336)	(110)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.214	(665)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$			
Ações ordinárias	12.3	0,01723	(0,00951)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.214	(665)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.214	(665)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º.01.2022		25.791	34.030	(1.143)	58.678
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	10.539	-	10.539
Aumento de Capital		44.269	(44.269)	-	-
Prejuízo do Exercício		-	-	(665)	(665)
Saldo em 31.12.2022		70.060	300	(1.808)	68.552
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.2	-	2.300	-	2.300
Aumento de Capital	12.1	600	(600)	-	-
Lucro Líquido do exercício	12.3	-	-	1.214	1.214
Saldo em 31.12.2023		70.660	2.000	(594)	72.066

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro / Prejuízo do exercício		1.214	(665)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		2.021	143
Imposto de renda e contribuição social	16	320	108
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	16	2
Depreciação e amortização	14	2.931	523
		6.502	111
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		162	(835)
Outros créditos		(7)	12
Imposto de renda e contribuição social		(9)	-
Outros tributos a recuperar		(1)	(1)
Despesas antecipadas		(49)	(46)
		96	(870)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		11	(44)
Partes relacionadas		611	13
Fornecedores		(553)	3.775
Outras obrigações fiscais		(14)	(67)
Outras contas a pagar		4	-
		59	3.677
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.657	2.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(347)	(13)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.537)	(1.340)
Encargos de empréstimos obtidos de partes relacionadas		(578)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.195	1.565
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(55)	(539)
Aquisições de imobilizado		(995)	(52.466)
Partes relacionadas por compartilhamento de ativos	8(d)	-	25.344
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.050)	(27.661)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos	10.2	3.253	11.159
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	4.750
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		2.300	10.539
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(1.298)	(528)
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		(4.750)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(495)	25.920
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.650	(176)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	208	384
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	2.858	208
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.650	(176)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (Jandaíra I ou Companhia) com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans- Curitiba - PR, CEP 81.200-240, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Central Geradora Eólica - CGE Jandaíra I, localizado no município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte. A autorização de exploração foi concedida por meio da Portaria MME nº 140, de 30 de março de 2020, juntamente com enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e aprovação como prioritário.

A entrada em operação comercial do parque eólico ocorreu em novembro de 2022.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 16.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 11 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido negativo em 31.12.2023, que decorre principalmente de saldos de Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT, portanto, sem prejuízos à capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com *Covenants* (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	209	208
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.649	-
	2.858	208

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas entre 92,0% e 96,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	658	658	699
CCEE	15	15	136
	673	673	835
	Circulante	673	835
	Não circulante	-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	93% do CDI (a)	533	483
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% do CDI (a)	61	56
		594	539
	Circulante	-	-
	Não circulante	594	539

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 38 a 42 meses a partir do final do período do relatório.

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.669	(277)	6.392	6.669	(55)	6.614
Máquinas e Equipamentos	114.292	(5.725)	108.567	114.292	(973)	113.319
Móveis e Utensílios	3	-	3	3	(1)	2
	120.964	(6.002)	114.962	120.964	(1.029)	119.935
Em curso						
Custo	198	-	198	68	-	68
	198	-	198	68	-	68
Total	121.162	(6.002)	115.160	121.032	(1.029)	120.003

7.2 Mutações do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisi- ções	Deprecia- ção (a)	Capita- lizações	Saldo em 31.12.2022	Aquisi- ções	Deprecia- ção	Saldo em 31.12.2023
Em serviço								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	(55)	114.292	114.237	-	(221)	114.016
Máquinas e Equipamentos	-	-	(973)	6.669	5.696	-	(4.752)	944
Móveis e Utensílios	-	-	-	2	2	-	-	2
	-	-	(1.028)	120.963	119.935	-	(4.973)	114.962
Em curso								
Custo	69.831	51.200	-	(120.963)	68	130	-	198
	69.831	51.200	-	(120.963)	68	130	-	198
Total	69.831	51.200	(1.028)	-	120.003	130	(4.973)	115.160

A taxa média de depreciação é de 4,11% a.a. (4,11% em 2022).

Durante a fase de construção foram capitalizados os custos de empréstimos e financiamentos. Em 2023 não houve custos capitalizados (R\$ 1.332, à taxa média de 5,89% a.a., em 2022).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

8. Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel								
Mútuo (a)	-	-	-	4.845	-	-	(418)	(86)
Copel GeT								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	97	52	-	-	-	-
Outros passivos (c)	-	-	943	943	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(9)	(8)
Entidade sob controle em comum								
Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (Jandaíra II)								
Compartilhamento de uso e manutenção de ativos (d)	-	-	7.101	7.557	-	-	-	-
Jandaíra III Energias Renováveis S.A. (Jandaíra III)								
Compartilhamento de uso e manutenção de ativos (d)	-	-	8.116	8.637	-	-	-	-
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. (Jandaíra IV)								
Compartilhamento de uso e manutenção de ativos (d)	-	-	8.116	8.637	-	-	-	-
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	6	4	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	26	15	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	658	699	-	-	8.768	1.016	-	-
Pessoal chave da administração (e)								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(110)	(158)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(35)	(45)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(1)	-

- a) Em 18.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre a Jandaíra I (mutuante) e a Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 1,38% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. A quitação ocorreu no exercício de 2023.

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

- b) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- c) Transferência de projetos entre subsidiárias da Copel GeT. O saldo será quitado com operação de aporte de capital por parte da Copel GeT em 2024.
- d) Recursos recebidos a título de Empréstimos e Financiamentos por parte do Banco do Nordeste (BNB) pelas entidades sob controle comum, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV, para utilização na construção de subestação e linha de transmissão pela Jandaíra I. Estes ativos são compartilhados entre a Companhia e as entidades sob controle comum, conforme contrato de compartilhamento de uso e manutenção de ativos assinado entre as partes. Na Jandaíra I, os valores foram reconhecidos como uma entrada de caixa em atividades de investimento para contrapor a saída de caixa da aquisição do imobilizado, e estes valores serão compensados com o custo de compartilhamento futuro.
- e) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	3.199	4.618
Encargos de uso da rede elétrica	52	51
	3.251	4.669
Circulante	3.251	4.669
Não circulante	-	-

10. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
Banco do Nordeste								
35202166127989	31.05.2021	192	15.06.2038	2,7086% + IPCA	3,0107% + IPCA	21.687	19.911	17.969
							19.911	17.969
						Dívida bruta	19.911	17.969
						(-) Custo de transação	(211)	(225)
						Dívida líquida	19.700	17.744
						Circulante	1.406	1.204
						Não circulante	18.294	16.540

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança bancária. Não há *covenants* definidos nos contratos.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	1.370	(14)	1.356
2026	1.370	(14)	1.356
2027	1.370	(14)	1.356
2028	1.370	(15)	1.355
2029	1.370	(15)	1.355
Após 2029	11.642	(126)	11.516
			18.294

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 1º.01.2022	7.073
Ingressos	11.159
Encargos	1.380
Amortização - principal	(528)
Pagamento - encargos	(1.340)
Saldo em 31.12.2022	17.744
Ingressos	3.253
Encargos	1.538
Amortização - principal	(1.298)
Pagamento - encargos	(1.537)
Saldo em 31.12.2023	19.700

11. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza patrimonial e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2023, o montante registrado é de R\$ 116 (R\$ 102 em 31.12.2022), para ações de natureza patrimonial, sendo que durante o exercício de 2023 houve adição no montante de R\$ 14.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 a Companhia possui R\$ 20 (R\$ 18 em 31.12.2022) referente a passivos contingentes de ações cíveis.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

12. Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta R\$ 70.660 (R\$ 70.060, em 31.12.2022), composto por 70.659.711 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A. O aumento de capital no valor de R\$ 600 foi aprovado por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tem um saldo de R\$ 2.000 (R\$ 300 em 31.12.2022), na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, quando da realização de Assembleia Geral Extraordinária.

12.3 Absorção do Lucro Líquido do exercício no prejuízo acumulado

O lucro líquido do exercício, de R\$ 1.214, foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados existentes, não havendo, portanto, constituição de reservas ou distribuição de dividendos.

12.4 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	1.214	(665)
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	70.465.739	69.928.510
Lucro líquido (Prejuízo) do período básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,01723	(0,00951)

13. Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos Bilaterais	8.768	1.016
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	25	153
Receita Operacional Bruta	8.793	1.169
(-) PIS/Pasep e Cofins	(320)	(42)
Receita Operacional Líquida	8.473	1.127

14. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso da rede elétrica	(615)	-	-	(615)	(531)
Pessoal e administradores	-	(491)	-	(491)	(426)
Planos previdenciário e assistencial	-	(46)	-	(46)	(25)
Material	(32)	(1)	-	(33)	(7)
Serviços de terceiros	(583)	(27)	-	(610)	(89)
Depreciação e amortização	(2.923)	(8)	-	(2.931)	(523)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(43)	(43)	-
Arrendamentos e aluguéis	(140)	-	-	(140)	(40)
Outros custos e despesas operacionais	(232)	(41)	-	(273)	(121)
	(4.525)	(614)	(43)	(5.182)	(1.762)

(*) Exclui o montante de R\$ 2.051 ref. depreciação de ativos compartilhados com as entidades sob controle comum Jandaíra II, III e IV (NE nº 8d).

14.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2022
Arrendamento de terrenos	142	513	3.836	4.491

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

15. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	255	68
Outras receitas financeiras	8	184
	263	252
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	2.002	163
Outras despesas financeiras	2	9
	2.004	172
Líquido	(1.741)	80

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contratos Bilaterais	8.768	8.768	1.016	1.016
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	26	26	153	153
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	704	1.055	94	140
Receita Financeira	263	263	252	252
(-) Receita Financeira Provisionada	(49)	(49)	(5)	(5)
Base de cálculo Receita Financeira	214	214	247	247
(-) IOF	(1)	-	-	-
(=) Base de cálculo	917	1.269	341	387
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	206	114	73	35
Receita Financeira Provisionada	49	49	5	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	4	2	-

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE n°	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	2.858	2.858	208	208
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	594	594	539	539
			3.452	3.452	747	747
Custo amortizado						
Cientes (a)	5		673	673	835	835
			673	673	835	835
Total dos ativos financeiros			4.125	4.125	1.582	1.582
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		3.251	3.251	4.669	4.669
Empréstimos e financiamentos (c)	10		19.911	19.911	17.969	13.819
Mútuo (c)			-	-	4.845	4.845
			23.162	23.162	27.483	23.333
Total dos passivos financeiros			23.162	23.162	27.483	23.333

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.858	208
Títulos e valores mobiliários (a)	594	539
Clientes (b)	673	835
	4.125	1.582

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2023							
Fornecedores	-	3.251	-	-	-	-	3.251
Empréstimos e Financiamentos	NE nº 10	239	512	1.832	9.135	16.645	28.363
		3.490	512	1.832	9.135	16.645	31.614

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,00%, IPCA – 3,86% e TJLP – 6,43%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2024		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	594	53	40	27
		594	53	40	27
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos	Alta IPCA	(19.911)	(769)	(961)	(1.153)
		(19.911)	(769)	(961)	(1.153)

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos / Mútuo	19.700	22.589
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.858	208
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	533	483
Dívida líquida ajustada	16.309	21.898
Patrimônio líquido	72.066	68.552
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	0,23	0,32

18. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Operacionais	01.08.2024	66.635
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel (b)	31.03.2025	3.222
Garantia Judicial	30.01.2026	179

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

(b) A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Jandaíra I.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

19. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

19.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 600 (R\$ 44.269 em 2022), proveniente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”.

As aquisições de imobilizado ocorridas em 2023 totalizaram R\$ 130 (R\$ 51.200 em 2022). Não houve, em 2023, compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício (R\$ 1.808 em 2022, dos quais, R\$ 943 se referem à projetos ainda a serem integralizados pela Copel GeT, conforme NE nº 8c) nem encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados (R\$ 1.332 em 2022).

As adições ao intangível de R\$ 14 se referem à incrementos nas provisões para litígios de servidão, sem saída de caixa.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jandaíra I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

